

3

DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DO PROJETO FORMAR

Brasília

2008

Sumário

Apresentação	03
1 - Histórico do Projeto	08
1.1 – Execução do Projeto: 2006 e 2007	10
2 – Da elaboração do projeto político-pedagógico do Formar no PROEJA	12
2.1 – Do funcionamento das turmas	12
2.2 – Dos pólos	12
2.3 – Da coordenação pedagógica	13
2.4 – Do projeto político-pedagógico construído pelos pólos para a parceria com o GDF.	14
2.5 – Da demanda	14
2.6 – Dos custos operacionais	14
3 – Cenários de parceria com a SEDDF	15
3.1 – Objetivos da proposta	16
3.2 – Objetivos específicos	16
3.3 – Proposta político-pedagógica	16
3.4 - Convênio	22
ANEXOS	
ANEXO A – Tramitação para pagamento dos professores	27
ANEXO B – Questionário encaminhado aos pólos	28
ANEXO C – Quantitativo de servidores públicos federais civis do poder executivo, por nível de escolaridade do servidor na UF	29
ANEXO D – Matrizes curriculares	33
ANEXO E – Órgãos que participaram do Projeto FORMAR no Distrito Federal no período de 1999 a 2005	39
4 - Referência bibliográfica	40

Apresentação

Informação sobre os programas correlatos

01. Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

Programa vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego voltado para mobilizar e articular, gradualmente, toda a capacidade e competência de educação profissional disponível no país de modo que se alcance oferta de educação profissional suficiente para qualificar ou requalificar, anualmente, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (cerca de 15 milhões de trabalhadores). Promove, assim, a constituição e articulação de uma ampla rede nacional de instituições públicas e privadas voltadas para a Educação Profissional (EP). Financiado com recursos do FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador, desde de 1996, o PLANFOR está sob a gestão da SEFOR - Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do MTE, Secretarias Estaduais de Trabalho e Comissões Estaduais e Municipais de Emprego.

02. Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

O Pronera é uma política de Educação do Campo desenvolvida em áreas da Reforma Agrária, executada pelo governo brasileiro. Seu objetivo é fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas. Esse programa nasceu em 1998 a partir da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social. Desde então, milhares de jovens e adultos, trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária têm garantido o direito de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino.

03. Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil Alfabetizado foi criado em 2003 e representa um portal de entrada na cidadania. Está articulado diretamente com o aumento da escolarização de jovens e adultos e promovendo o acesso à educação como um direito de todos em qualquer momento da vida. O programa enfatiza a qualidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos na educação de jovens e adultos.

04. Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e adultos

O programa foi instituído pelo Decreto nº 5.840/2006 no âmbito federal e abrange os seguintes cursos e programas de educação profissional: formação inicial e continuada de trabalhadores; e educação profissional técnica de nível médio. Atua no âmbito da Rede de ensino Tecnológico, vinculado à Secretaria de Ensino Tecnológico do Ministério da Educação.

05. Pró-jovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária.

O Pró-jovem é componente estratégico da Política Nacional de Juventude, do Governo Federal. Foi implementado em 2005, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

06. Programa Saberes da Terra

O Programa Saberes da Terra foi criado em 2004 para desenvolver uma política de educação no campo que integre ensino fundamental, formação social e profissional. Com o objetivo de atender uma população jovem do meio rural e introduzir um conteúdo

da agricultura familiar, da agroecologia e do desenvolvimento territorial meio rural, seja por meio da escolarização ou por meio de programas de formação e qualificação profissional, ou assistência técnica. O Programa Saberes da Terra envolve os ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Educação (MEC) e do Trabalho e Emprego (MTE).

07. Saberes da Água

O programa Saberes da Água foi criado em 2006 como projeto-piloto de alfabetização de pescadores que o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) desenvolvem em Xique-Xique, Remanso, Barra e Pilão Arcado, municípios às margens do Rio São Francisco, na Bahia. Se realiza através de um barco escola e de rádios comunitárias para fortalecer o aprendizado da sala de aula.

08. Programa Trabalho Doméstico Cidadão

Trabalho Doméstico Cidadão (TDC), do Governo Federal é vinculado à Secretaria da Igualdade Racial da Presidência da República, prevê elevação da escolaridade, qualificação profissional e social e intervenção de políticas públicas para essa classe trabalhadora. O Governo Federal investirá R\$ 6 milhões em 2008 para beneficiar 2.800 trabalhadores domésticos no país. Além da elevação de escolaridade, também estão previstas qualificações profissionais e um projeto de habitação, que serão articulados em parceria com prefeituras e governos estaduais. Em 2006, o projeto piloto do TDC foi aplicado em sete cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Campinas, São Luís, Aracaju, Salvador, Recife e São Paulo).

09. Programa Escola de Fábrica

O Programa é vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Sentec/MEC). Os principais objetivos deste programa são preparar os jovens sem condições financeiras para o exercício de uma profissão e criar oportunidades de trabalho e renda. Seu diferencial é estabelecer parcerias entre o governo federal e entidades



públicas e privadas sem fins lucrativos, para instalar salas de aula em empresas. Em 2005, o Ministério da Educação investiu R\$ 28 milhões no programa; em 2006, R\$ 42 milhões. Os recursos de 2007 somam R\$ 35 milhões. Em 2008, o Escola de Fábrica será incorporado ao Programa Unificado de Juventude (Pró-jovem) e passará a se chamar Pró-jovem Trabalhador. Lançado em setembro, o Pró-jovem reúne seis ações do governo federal voltadas para a formação social e profissional de jovens de baixa renda e escolaridade.

10. Fazendo Escola

Programa de Apoio a Estados e Municípios para Educação Fundamental de Jovens e Adultos. O objetivo deste Programa é contribuir para enfrentar o analfabetismo e a baixa escolaridade em bolsões de pobreza do país onde se concentra a maior parte da população de jovens e adultos que não completou o Ensino Fundamental. Para tanto, o Ministério da Educação propõe o desenvolvimento de ações conjuntas, em regime de colaboração entre as esferas do poder público. A parceria com os governos estaduais, as prefeituras municipais e a sociedade civil busca institucionalizar a Educação de Jovens e Adultos como política pública no sistema de ensino brasileiro.

Da avaliação proposta

Historicamente, na administração pública brasileira não há a preocupação de avaliar programas públicos, em geral. Existem, entretanto, evidências de que esse desinteresse histórico está diminuindo rapidamente. As razões dessa mudança decorrem das profundas transformações observadas na sociedade e no Estado brasileiro desde meados dos anos 1980 e, particularmente, em anos mais recentes. (LUSTOSA, 2003)

A necessidade de avaliação do Projeto Formar surge diante de suas condições de instalação, funcionamento e gestão. O resgate histórico torna-se fundamental uma vez que subsidia a afirmação quanto a precariedade dos instrumentos utilizados para a sua criação e sua gestão. A Avaliação do Programa teve os seguintes objetivos de análise:

- a) **Eficácia:** a avaliação deve indicar se o Projeto Formar alcança os objetivos propostos e ainda, identificar a ocorrência ou não dos impactos positivos pretendidos.
- b) **Sustentabilidade:** a avaliação deve indicar à SRH a viabilidade e a sustentabilidade do Projeto, ou seja, se o modelo proposto deve ter continuidade ou não; e no caso de continuidade, que cenários serão apresentados para seu aperfeiçoamento.

Para a avaliação utilizada as análises serão, prioritariamente, qualitativas, capazes de identificar a adequação do FORMAR, bem como o grau de distorção na implementação do programa em relação aos seus objetivos iniciais. Como linha de base para a avaliação – situação sob a qual o projeto procurou intervir – é possível considerar o nível de escolaridade dos servidores da Administração Pública – direta, autárquica.

Quanto aos métodos e técnicas de Avaliação, embora a avaliação abaixo não tenha alcançado um rigor metodológico, utilizou-se a avaliação proposta de **processo** – uma vez que o objetivo foi avaliar a forma de implantação do Projeto; e de **impacto** – capaz de identificar os impactos e cenários previstos, imprevistos, positivos, negativos, desejados e não desejados do Projeto para subsidiar as ações da Secretaria de Recursos Humanos.

A avaliação teve ainda **uma metodologia participativa de avaliação de Quarta Geração**, com o objetivo de focalizar as queixas, interesses, reivindicações e percepções dos envolvidos no Projeto FORMAR, além de compreender a percepção dos atores envolvidos e afetados pelo projeto – órgãos beneficiados e Secretaria de Recursos Humanos – quanto aos riscos, benefícios e críticas. Desta forma, os pólos foram envolvidos em todo o processo de avaliação.

1. Histórico do Projeto

O Projeto FORMAR foi concebido em outubro de 1998 pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com base no Decreto nº 2.794, de 01 de outubro de 1998, para que todos os servidores da Administração Pública Federal alcançassem a escolaridade de nível médio. O Projeto tinha os seguintes objetivos:

- a) satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem dos servidores, aumentando seu acesso aos programas de capacitação;
- b) elevar o grau de satisfação do servidor com o seu trabalho e com a sua qualidade de vida e;
- c) possibilitar ao servidor ampliar a sua empregabilidade.¹

Essa iniciativa do Governo Federal voltada para a valorização do servidor e para a melhoria dos serviços prestados à sociedade implementou-se mediante o aumento do nível de escolarização, qualificação e requalificação funcional e profissional, extra serviço público, com impactos expressivos na melhoria do ambiente de trabalho no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Inicialmente desenvolveu-se uma experiência piloto no sistema de Telecursos 2000, implementada mediante a celebração de Termo de Cooperação entre o extinto Ministério das Indústrias do Estado de São Paulo e a Federação Roberto Marinho. O objetivo inicial era atender aos servidores lotados em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Em Brasília, funcionaram 52 Telesalas abrangendo 1.700 alunos, ampliando-se posteriormente para o Rio de Janeiro e São Paulo. A crítica sofrida dizia respeito à ausência de institucionalização e de organicidade da política educacional de jovens e adultos; e a transferência da responsabilidade pública do Estado para a esfera da filantropia.

Em 4 de julho de 2002, a Portaria nº 778, do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, constituiu o Comitê de Gestão do Projeto Formar, composto por 12 membros representantes dos órgãos e entidades sediados no Distrito Federal, com a finalidade de manter e revitalizar as ações de escolarização dos servidores no âmbito da Administração Pública Federal. Essa iniciativa deve-se ao embrião das Telesalas que possibilitou a criação de Pólos de Desenvolvimento do Projeto Formar nos Órgãos públicos que aderiram ao programa.

¹ http://www.planejamento.gov.br/recursos_humanos/conteudo/projetos/projeto_formar.htm

A Portaria nº 1.119, de 26 de agosto de 2002, designou os componentes do Comitê de Gestão do Projeto Formar, com mandato de dois anos. Na ausência da institucionalização do Projeto Formar, foi-se agravando a crise no financiamento e na certificação, isso fez com que vários órgãos buscassem alternativas para manter suas atividades, outros fecharam literalmente a oferta deste Projeto. Alguns Ministérios firmaram com a Secretaria de Educação do GDF termo de convênio ou de cooperação técnica a exemplo da ESAF/MF; Casa Civil e Ministério dos Transportes. Em 2006 o Projeto Formar mantinha os Pólos da ESAF/MF, Casa Civil, MEC, CONAB, Agricultura, Transportes e Defesa.

A SRH/MP tomou a iniciativa de revitalizar o Projeto Formar e em reunião com as Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA's, em abril de 2006, apresentou um diagnóstico sobre o Projeto em todos os órgãos e entidades. Na ocasião, propôs as seguintes ações: firmar termo de convênio com a Secretaria de Educação do GDF; financiar a contratação de professores e o compromisso de editar um Decreto Presidencial transformando o Projeto em Política Pública de aceleração da escolaridade do servidor público federal. Ao mesmo tempo em que solicitava das SPOA's as seguintes contrapartidas de apoio ao Projeto Formar: suporte administrativo onde estava o Projeto; criação de novas turmas em Ministérios onde não existisse o Projeto; viabilização para os terceirizados estudarem sem discriminação; incluso no contrato de prestação de serviços; divulgação do projeto como agenda do Fórum.

Apelando ao Parecer do Conselho Nacional de Educação/CEB – nº 11/2000 – apresentou-se uma conceituação sobre a educação de jovens e adultos, na busca de uma identidade própria.

“A EJA é uma modalidade da Educação Básica, nas suas etapas fundamental e média. O termo modalidade é diminutivo latino de modus (modus, maneira) e expressa uma medida dentro de uma forma própria de ser. Ela tem, assim, um perfil próprio, uma feição especial diante de processo considerado como medida de referência. Trata-se pois, de um modo de existir com característica própria.”

A previsão de demanda neste período era estimada em 1000 alunos, mas sem sua institucionalização vinha perdendo alunos em todos os Ministérios, alegava-se a ausência de convênio com a Secretaria de Educação do GDF para matrícula, supervisão pedagógica, o ensino e a certificação. Ocorre que esta tentativa de parceria foi inviabilizada por falta de entendimentos na operacionalização dos termos de convênio. As conseqüências foram extremamente danosas, gerando desestímulo, impossibilitando a abertura de novas turmas e, por outro lado, forçou-se a busca de alternativa para a solução do problema. Ressalte-se que em 2004, o Projeto chegou a

contar com 2.758 alunos matriculados no Ensino Médio, envolvendo 31 Órgãos e Entidades Públicas.

1.1 Execução do Projeto no período 2006/ 2007

Atualmente, o Projeto Formar consta do Orçamento Geral da União, estando descrito no PPA 2003-2007, como atividade do Programa de Apoio à Formação Básica para Servidores Públicos Federais da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, e atende em 9 pólos (coordenação pedagógica local), aos servidores públicos federais de 17 órgãos/entidades, atendendo a 732 alunos nas três modalidades de ensino, o que o torna legítimo.

Em 2006, o MP e o MEC apresentaram à Secretaria de Educação do DF uma proposta de convênio para manutenção e melhoria do Formar, porém a parceria foi inviabilizada, o que levou à elaboração de uma nova configuração contando com a participação de três Secretarias do Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; (SECAD); Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SEMTEC) e Secretaria de Apoio Administrativo (SAA) e com a SRH do MP. Resultando numa parceria no âmbito do Governo Federal em dezembro de 2006, conforme Portaria Interministerial nº 1.897, de 5 de dezembro. No projeto, MP e MEC incluem o Projeto Formar no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, com ações voltadas à oferta de escolarização profissional no âmbito da Administração Pública Federal.

Entretanto, não foi assinado o Termo de Cooperação Técnica para desenvolver o Projeto Formar no PROEJA. O desenho do termo apresentava um currículo diferenciado que integrava a escolarização básica à qualificação profissional, possibilitando aos servidores públicos federais a elevação da escolaridade nos níveis fundamental e médio com o objetivo de torná-los mais eficientes no desempenho de suas funções na medida em que se propunha uma formação profissional adequada.

O Termo de Cooperação apresentava, ainda, as competências dos participantes: a responsabilização da SETEC/MEC, em articular as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada para educadores e para os servidores, no âmbito do PROEJA; elas por sua vez, seriam as responsáveis pela certificação dos alunos/servidores. Quanto à SECAD/MEC, caberia a

implementação e o desenvolvimento da política de educação de jovens e adultos no âmbito do Projeto Formar no PROEJA. À equipe pedagógica do SAA/MEC, no âmbito do DF, competia participar do desenvolvimento das ações técnico-pedagógicas, monitorá-las e formar uma equipe de suporte e apoio técnico-pedagógico para o acompanhamento do Projeto Formar no PROEJA. Por fim, a SRH se responsabilizaria em fazer o levantamento dos órgãos e entidades públicas interessadas em implementar o Projeto Formar no PROEJA; prover aporte financeiro para a contratação de professores e material de apoio pedagógico, acompanhar e avaliar financeiramente a contratação de professores e os recursos destinados ao material de apoio pedagógico para o Projeto.

O Projeto Formar no PROEJA estaria subdividido em três módulos, sendo que o primeiro corresponde ao processo de alfabetização e às séries iniciais do ensino fundamental; o segundo, às séries finais do ensino fundamental e, o terceiro, ao ensino médio. A inovação deste esforço de elaboração da nova proposta de Política Pedagógica acrescentou aos módulos a abordagem de eixos temáticos relacionados ao mundo do trabalho, à identidade, etnia e cultura e à cidadania e participação social. A qualificação profissional proposta neste projeto seria iniciada a partir do segundo módulo (séries finais do ensino fundamental) e permitiria, inicialmente, introduzir os alunos no processo de capacitação para lidar com a tecnologia digital e, também, oferecer formação para possibilitar a melhoria do atendimento ao cidadão de maneira geral.

O Termo de Cooperação elaborado previa, ainda, a vigência de quatro anos (2007-2011) podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por acordo dos partícipes com meta prevista para o período de certificação de 2.600 alunos/trabalhadores. Para o ano de 2008 foram assegurados recursos da ordem de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para o Projeto Formar. Foi prevista também a ampliação da oferta para os Estados do DF, RJ; BA; CE e PA em parceria com os Cefets.

A esse modelo impunha-se uma dificuldade operacional, dadas as dificuldades burocráticas encontradas em sua operacionalização, a exemplo da não institucionalização do Projeto Formar, enquanto política pública, e da forma improvisada para operacionalização do pagamento aos 27 professores, efetuado via ADI/UnB, com recorrentes atrasos com indesejável desgaste ao projeto. Outros encaminhamentos não foram realizados a exemplo do seminário com o sistema de Ensino Tecnológico e Secretarias parceiras do MEC. A SAA/MEC se desresponsabilizou de suas atribuições, e o acompanhamento pedagógico deixou de existir, aumentando a crise em curso.

A crise do Projeto se aprofundou ainda mais ao limite da perda de identidade, tal que sua nova configuração de Formar no PROEJA, com uma política pedagógica voltada para este contexto, daria uma formação tecnológica, mais específica para os terceirizados do que mesmo para os servidores públicos federais. Neste aspecto, destacamos em tempo hábil, por iniciativa dos pólos, o resgate desta modalidade em sua especificidade própria no serviço público federal e constituiu-se um novo “projeto político-pedagógico” voltado para o entendimento com a Secretaria de Educação do GDF, no sentido de buscar uma nova parceria com vistas à superação desta crise.

2. Da elaboração do projeto político-pedagógico do Formar no PROEJA.

A primeira versão do Formar no PROEJA foi discutida em sete itens: ***Fundamentos; Diretrizes para organização do currículo; Desenho curricular do Ensino fundamental; Desenho curricular do Ensino Médio; Organização dos Tempos e Espaços; Organização das turmas e Avaliação no Projeto Formar.***

A organização curricular para o ensino fundamental se dividia em três temáticas: Mundo do trabalho – Identidade, Etnia e Cultura e Cidadania e Participação Social. A organização curricular para o Ensino Médio comportava três temas: Trabalho como espaço social de aprendizagens – Identidade, Etnia e Cultura e Cidadania e Organização Social.

2.1 Do funcionamento das turmas

Decidiu-se que as turmas continuariam funcionando em espaço físico dos órgãos públicos federais, que o período de aula seria de duas horas/dia; que os professores seriam contratados pelo Ministério do Planejamento; que a coordenação pedagógica seria responsabilidade do Ministério da Educação e que a certificação dos alunos seria pela SEE/DF.

2.2 Dos pólos

Atualmente existem nove pólos funcionando nos seguintes órgãos: ESAF, Centresaf, Cecad, Enap, Transportes, Defesa, MEC, Imprensa Nacional e HFA. A secretaria está hospedada nas dependências do MEC (PEBE), onde estava previsto ainda o funcionamento da Coordenação Pedagógica.

De um modo geral, as instalações físicas do Projeto nos Pólos são de boa qualidade, não há investimento para a formação dos educadores, existe ainda uma presença significativa de estagiários das várias licenciaturas ministrando aulas, contratados através do Instituto Euvaldo Lodi - IEL ou Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, a partir do quarto semestre de estudo. Só então em agosto de 2006, foram selecionados professores, como prestadores de serviço, para ministrar aulas em todos os pólos sob a responsabilidade financeira do Ministério do Planejamento, por meio da Faculdade de Educação da UnB. Os contratos para 2007 seguiram a mesma regra.

2.3 Da coordenação pedagógica

No ano de 2006 existia uma equipe de coordenação pedagógica formada por cinco servidores do MEC com atendimento extensivo a todos os pólos. Essa equipe foi desfeita, tendo em vista o entendimento da Subsecretaria de Assuntos Administrativos de que não era de sua competência a coordenação pedagógica. Atualmente não há uma coordenação pedagógica centralizada.

Quanto ao comitê gestor, este não conseguiu um funcionamento normal e regular, fato que contribuiu para alternativas particulares dos pólos como: convênios com o Centro Educacional Supletivo Verde Oliva (CESVO) – que neste mês de janeiro de 2008 está sendo desativado – Sistema SESI, e a realização de provas do ENCCEJA.

A falta de estímulo devido a não certificação, as provas supletivas do ENCCEJA, a crise no projeto político-pedagógico, a falta de capacitação de professores, dentre outros, causou forte evasão e provocou uma situação inusitada: **hoje a clientela do Projeto é de trabalhadores terceirizados que ocupam mais de 85% das vagas sendo: 623 terceirizados e 109 servidores públicos federais.** Esses terceirizados são funcionários de base: transporte, refeitório, higiene e limpeza, segurança, entre outros. Em geral, moram distante, têm família (marido/esposa, filhos), ganham menos e desejam melhorar sua condição de trabalho. Alguns pólos oferecem curso de informática e quase a totalidade dos que tiveram esta oportunidade pensa em cursos mais avançados.

2.4 Do projeto político-pedagógico construído pelos pólos para a parceria com o GDF

Orientou-se por uma nova metodologia, considerando a construção de soluções dos problemas a partir dos pólos e não para os pólos. Esta metodologia facilitou a construção de cenários para a definição de alternativas para a solução dos problemas existentes. Por consenso, resolveu-se:

- reconstituir a identidade do Projeto Formar, a partir da formulação de um novo projeto político-pedagógico, voltado para uma parceria com a Secretaria de Educação do GDF; e
- manter as conversações com as Secretarias do MEC, SECAD e SEMTEC para a formulação de um projeto definitivo que seja institucionalizado enquanto política pública do Governo Federal para os servidores públicos federais, tirando o Projeto Formar da marginalidade.

2.5 Da demanda

O Boletim Estatístico de Pessoal nº 116 – Dezembro de 2005, registrava 39 Analfabetos; 7.699 (1,5%) de Alfabetizados sem cursos regulares, 31.195(6,1%) de Primeiro Grau incompleto, 43.395 (8,5%) de Primeiro Grau, 155.800 (30,6%) de Segundo grau ou Técnico, 216.398 (42,5%) de nível superior, 11.394 (2,2%) de Especialização/Pós-Graduação, 17.136(3,4%) de Mestrados e 24.846 (4,9%) de Doutores. Portanto o público-alvo do Projeto Formar tinha uma demanda de mais de 74 mil servidores públicos federais em todo o território nacional no período citado.

Atualmente a demanda em todo o território nacional do Projeto Formar se aproxima dos 70 mil servidores, sendo 48 analfabetos; 6.838 alfabetizados sem cursos regulares; 28.634 servidores com primeiro grau incompleto e 39.879 servidores com primeiro grau completo. Entretanto as informações contidas no Boletim Estatístico da Secretaria de Recursos Humanos/MP, não apresentam variações significativas nestes dez anos.

2.6 Dos custos operacionais

No ano de 2007, a contabilidade do Projeto Formar registra um dispêndio de R\$ 335.472,00 (trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta e dois reais) correspondente a despesas da folha de pagamento dos professores no total de 27 professores e uma Assistente

Administrativa para operacionalização do Projeto para atender 732 alunos concluintes nas três modalidades de ensino do Projeto. Somando as horas trabalhadas, multiplicando pelo valor de R\$ 16,00 (dezesesseis reais)/hora. Encontra-se o consumo realizado no valor de aproximadamente 47% do montante previsto, de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) que contemplava ainda seminários para debater a expansão do Projeto para 2008 e que não foi realizado.

Nos demais programas de EJA, a média /ano gasta por aluno gira em torno de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais). A média do Projeto Fomar no ano de 2007 foi de R\$ 458,30,00 (quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos)/aluno. Isto sem contar o custo das instalações físicas dos pólos, aquisição de livros e material escolar e despesas operacionais da secretaria. Essa comparação não identifica as necessidades específicas dos diversos programas de EJA, nem as prioridades e muito menos a sistemática. São estruturas diferenciadas, portanto os valores devem ser considerados com as devidas ressalvas.

3. Cenários de parceria com a SEEDF

Entre os cenários apresentados para a continuidade do projeto está a institucionalização do Projeto Fomar em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, no sentido de proporcionar condições para que todo contingente de servidores públicos federais atinja o nível de escolaridade mínimo atualmente exigido para o ingresso nos quadros da Administração Pública Federal, e para que assim, possam se adequar ao novo perfil profissional demandado pelas constantes mudanças sociais, contribuindo para a melhoria da prestação dos serviços públicos à sociedade.

A leitura combinada do Artigo 205 da Constituição, da Lei 9.394/96 e da Resolução CNE/CEB 1/2000 demonstra que todos consideram o mesmo preceito: propiciar a educação de forma justa, democrática e acessível a todos, inclusive aos que não tiveram acesso a ela na idade própria. Trata-se, portanto, de democratizar o acesso à educação como direito à cidadania.

Para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP desenvolva a escolarização básica dos servidores públicos federais, torna-se imprescindível o estabelecimento de parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF – amparada por meio de convênio que garanta a certificação dos servidores, observadas as devidas competências.

3.1. Objetivos da proposta

Aplicar a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal Direta, Autárquica e Fundacional², oferecendo aos servidores públicos federais a educação básica³, em seu local de trabalho, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁴.

3.2. Objetivos específicos

- contribuir para o desenvolvimento do servidor público, preparando-o para o aprimoramento do exercício de sua cidadania mediante sua capacitação;
- proporcionar ao servidor público a formação educacional básica que possibilite a absorção de novas metodologias e tecnologias utilizadas na prestação de serviços públicos eficientes;
- aumentar o nível de escolarização, qualificação e requalificação funcional e profissional extra serviço público; e
- aperfeiçoar os processos de trabalho.

3.3 Proposta político-pedagógica

O Projeto Formar, dadas as especificidades do seu público-alvo, necessita de proposta político-pedagógica própria, que vise articular a oferta da modalidade de EJA no Ensino Fundamental e Médio aos interesses e às condições reais dos servidores que atuam na esfera federal. Nesse sentido, são necessárias formas de organização dos tempos e espaços de aprendizagem diferenciados para garantir a permanência e o sucesso dos alunos para a obtenção da educação básica.

A proposta pedagógica do Projeto Formar acompanha a proposta pedagógica da SEEDF. Para tanto, considera-se a necessidade de aulas presenciais e a distância, tendo em vista a disponibilidade do seu público-alvo e a compatibilidade desse programa com as atividades desenvolvidas em sua área de trabalho. O currículo abrange, portanto, as atividades

² Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006.

³ Educação básica (Ensino Fundamental e Médio)

⁴ Lei nº 9.394/96 nos seus artigos 4, 5, 37 e 38.

desenvolvidas em sala de aula e também, consoante Paulo Freire, as atividades desenvolvidas em seu local de trabalho. Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos no Projeto Formar é oferecida em três Segmentos e onze semestres, conforme quadro apresentado a seguir:

Segmento	Nº de Semestres	Nº de horas	Estratégia de Ensino/ metodologia
1º Segmento	4	1.600	800 horas presenciais 800 horas a distância com estudo orientado
2º Segmento	4	1.600	800 horas presenciais 800 horas a distância com estudo orientado ⁵
3º Segmento	3	1.200	800 horas presenciais 400 horas a distância com estudo orientado

Segundo diretrizes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e em consonância com o § 2º do artigo 37 da LDB:

“... os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames ...”, portanto o ritmo de aprendizagem do aluno e seus conhecimentos prévios devem ser considerados e terão impacto direto na redução do tempo destinado à conclusão de cada segmento.

⁵Estudos personalizados, trabalhos em grupo, atividades com utilização de material auto-instrucional. Aulas presenciais combinadas com tecnologia instrucional do Ensino a distância e uso de materiais didáticos elaborados para essa metodologia.

a) Carga horária

O aluno de EJA do Projeto Fomar terá duas horas diárias de atividades em classe e duas horas de estudo orientados pelo professor, sendo considerada a realização de trabalhos pedagógicos extra-classe, tais como: visitas em feiras culturais, exposições, peças teatrais, apresentação de filmes (cinema), participação em palestras, seminários e eventos de capacitação, participação em atividades da Semana de Qualidade de Vida, bem como participação em cursos de inclusão digital oferecidos pelas Unidades de Desenvolvimento.

Para certificação de conclusão de segmento no Projeto Fomar, será exigida, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de frequência nas atividades presenciais em sala de aula, ressalvados os casos de afastamentos previstos em lei e 80% de participação nas atividades resultantes de estudo orientado.

b) Cronograma proposto para o Ensino Fundamental – período: 2008 e 2009

Segmento	Nº de Semestres	MÊS	PERÍODO	DIAS LETIVOS
1º Segmento e 2º Segmento	4	Março	03 a 31	20
		Abril	01 a 30	21
		Maio	02 a 30	20
		Junho	02 a 30	21
		Julho	01 a 25	19
			08/07 a 01/08	Recesso
		Aulas no 1º semestre (2008)	03/03 a 24/07	101
		Agosto	04 a 29	20
		Setembro	01 a 30	22
		Outubro	01 a 31[1]	22
		Novembro	03 a 28	20
		Dezembro	01 a 19	15
		Aulas no 2º semestre de (2008)	04/08 a 19/12	99
		Fevereiro	09 a 27[2]	12
		Março	02 a 31	22
		Abril	01 a 30[3]	20
		Maio	04 a 29	20
		Junho	01 a 30	21
		Julho	01 a 10	8
			08 a 31	Recesso
		Aulas no 3º semestre (2009)	09/02 a 10/07	103
		Agosto	03 a 31	21
		Setembro	01 a 30	21
		Outubro	01 a 30	20
		Novembro	03 a 30	21
		Dezembro	01 a 18	14
		Aulas no 4º semestre (2009)	03/08 a 04/12	97
QUANTITAVO DE AULAS PARA O 1º e 2º SEGMENTO de EJA – 4 SEMESTRES				400

c) Cronograma proposto para o Ensino Médio – período: 2008 e 2009

Segmento	Nº de Semestres	MÊS	PERÍODO	DIAS LETIVOS
3º Segmento	03	Março	03 a 31	20
		Abril	01 a 30	21
		Maio	02 a 30	20
		Junho	02 a 30	21
		Julho	01 a 25	19
			08/07 a 01/08	Recesso
		Aulas no 1º semestre (2008)	03/03 a 24/07	101
		Agosto	04 a 29	20
		Setembro	01 a 30	22
		Outubro	01 a 31	22
		Novembro	03 a 28	20
		Dezembro	01 a 19	15
		Aulas no 2º semestre de (2009)	04/08 a 19/12	99
		Fevereiro	09 a 27	12
		Março	02 a 31	22
		Abril	01 a 30	20
		Maio	04 a 29	20
		Junho	01 a 30	21
		Julho	01 a 10	08
			08 a 31	Recesso
QUANTITAVO DE AULAS PARA O 3º SEGMENTO – 3 SEMESTRES				303

d) Recursos instrucionais

Para o desenvolvimento da metodologia do Projeto Formar serão utilizados, nas aulas presenciais e nas atividades de estudos orientados, recursos didático-pedagógicos adequados à estratégia de ensino da modalidade de Educação de Adultos, considerando-se os conhecimentos prévios, a idade e o nível de desenvolvimento dos alunos.

e) Metodologia

O currículo de Educação Básica de EJA do Projeto Formar deve conter adaptações metodológicas com vistas ao atendimento do seu público-alvo, com ênfase nos valores e atitudes, nas competências, habilidades e procedimentos, contextualizados de modo a permear todo o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

A metodologia utilizada é pautada na concepção freireana, ou seja, no respeito às experiências vividas pelos alunos servidores, com capacidade de produzir conhecimento, reflexão e aplicação prática dos conteúdos na vida. Assim sendo, os outros elementos agregam o desenvolvimento das habilidades e competências desse público, que devem ser planejados pelo corpo docente para subsidiar as ações em sala de aula, complementando a carga horária estabelecida pela SEE/DF e desenvolvidas nos cursos de EJA similares ao Projeto Formar.

Essas ações devem ser organizadas em dinâmicas de grupo nas quais serão explorados e discutidos temas que propiciem a valorização da auto-estima; exploração de textos oriundos de diversos veículos de comunicação, característicos de vivência e cultura dos alunos; produção coletiva ou espontânea de textos, a partir da reconstituição da história de vida e do mundo do trabalho; criação de poesias, interpretação de músicas e técnicas de artes plásticas, organização de visitas às exposições de artes, museus, teatro, participação em palestra e exibição de filmes. Ainda, devem ser incluídos no currículo de EJA do Projeto Formar os cursos de informática disponibilizados pelas "Unidades de Desenvolvimento" com o objetivo de promover a Inclusão Digital. A metodologia deve ser desenvolvida, levando-se em conta a realidade social dos alunos servidores e, a partir dela, contextualizar os conteúdos integrados aos eixos do Projeto Formar, tornando-os mais significativos, respeitando-se o ritmo de cada aluno a fim de alcançar os princípios da descoberta e da autonomia no processo de ensino-aprendizagem.

f) Resultados desejados

Nessa perspectiva, espera-se que os alunos concluintes deste projeto sejam capazes de:

- Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade, favorecendo o aumento da eficiência e eficácia nas atividades que desempenha;
- promover a recuperação da dignidade da função pública;
- utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar, para aprender e para expressar-se;
- utilizar tecnologias de informática necessárias à inserção cultural e profissional;
- estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho;
- assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade, bem como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta;
- identificar problemas e necessidades de sua comunidade e participar de iniciativas concretas visando a sua superação;
- refletir criticamente sobre sua prática enquanto servidor público;
- conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos;
- exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática;

3.4 Convênio

O Projeto será desenvolvido mediante convênio firmado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, conforme as atribuições regimentais determinadas a cada órgão, especificadas a seguir :

a) Gestão do Projeto

- núcleo escolar indicado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
- comitê gestor, composto por integrantes do MP que o preside e por um representante de cada Unidade de Desenvolvimento;

- equipe técnico-pedagógica; e
- unidades de desenvolvimento.

b) Atribuições do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- proceder ao levantamento dos órgãos e entidades públicos interessados em implementar o Projeto Formar;
- divulgar o Projeto no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional;
- constituir equipe de apoio técnico-pedagógico e tecnológico ao Projeto em todos os níveis de execução;
- estabelecer parcerias com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para a execução do Projeto e com as secretarias de educação dos estados e municípios, quando couber;
- acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e com as secretarias de educação dos estados e municípios, quando da expansão do Projeto Formar;
- viabilizar, acompanhar e avaliar a execução financeira do Projeto;
- contratar professores e equipe pedagógica qualificada na metodologia de ensino de EJA para compor o corpo docente do Projeto, bem como atuar nas unidades de desenvolvimento, e
- divulgar os resultados parciais e finais da execução do Projeto.

c) Atribuições da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

- orientar representante da instituição conveniada para execução do convênio;
- expedir documentação comprobatória de conclusão do 1º, 2º e 3º segmentos de EJA, que será de responsabilidade de um estabelecimento de ensino da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, designado pela Diretoria Regional de Ensino – DRE que abranger a área de atuação da instituição conveniada;
- promover a formação continuada dos professores que atuarão no projeto;

- colocar à disposição do Projeto Formar profissional de Secretariado Escolar que atue como elo de ligação entre os pólos e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

d) Atribuições do núcleo escolar indicado pela SEE/DF

- Atuar nos assuntos relacionados ao controle de toda documentação escolar necessária para registro, transferência (aproveitamento de notas) e certificação dos alunos;
- receber das Unidades de Desenvolvimento, documentação dos alunos e atas de conclusão de disciplinas; e
- manter comunicação com as Unidades de Desenvolvimento.

e) Atribuições do Comitê Gestor

- reunir-se periodicamente para acompanhamento das ações do Projeto, bem como proceder à análise do relatório trimestral apresentado pela equipe técnico-pedagógica;
- planejar a utilização dos recursos destinados ao desenvolvimento de ações do Projeto;
- buscar parcerias com entidades públicas que possam contribuir para a consecução dos objetivos do Projeto;
- assegurar a continuidade dos programas de escolarização, em face da contribuição para a cidadania, qualificação e empregabilidade do servidor;
- instituir fórum de repasse de informações e socialização de experiências no sentido de proporcionar maior integração entre as unidade de desenvolvimento e aperfeiçoar os programas de escolarização;
- buscar, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica e as unidades de desenvolvimento, assessoria especializada, nas instituições e entidades próprias, visando melhor execução dos programas pertinentes ao Projeto Formar.

f) Atribuições da equipe técnico-pedagógica

- avaliar as ações pedagógicas do Projeto Formar;
- promover a capacitação para os professores que atuarem no projeto;

- elaborar procedimentos metodológicos para realização das atividades pertinentes ao projeto; e
- subsidiar as unidades de desenvolvimento com ações uniformes e padronizadas para o desenvolvimento do Projeto, tais como: definição do calendário escolar, elaboração do planejamento e desenvolvimento das aulas, promoção de atividades extra-classe “atividades dirigidas”.

g) Atribuições das unidades de desenvolvimento - pólos

- divulgar o Projeto no âmbito de sua Instituição;
- preparar as salas de aula a serem utilizadas para o desenvolvimento do Projeto Formar, dotando-as dos recursos materiais e didático-pedagógicos necessários à operacionalização dos serviços;
- garantir a oferta de vagas aos servidores que solicitarem participação no Projeto;
- acompanhar a frequência do aluno às aulas, para fins de inexigibilidade de compensação das horas não trabalhadas e assegurar o aproveitamento e o alcance das metas do Projeto Formar;
- elaborar relatórios semestrais de aproveitamento dos alunos participantes do Projeto Formar;
- apresentar relatórios trimestrais da execução do Projeto Formar, ao comitê gestor;
- manter arquivo da documentação dos alunos;
- aplicar exames de classificação, quando o aluno não apresentar comprovante de escolarização anterior, para fins de matrícula no Projeto Formar.

g) Viabilidade de parceria via ENAP

Um dos cenários possíveis de articulação, monitoramento e execução do Projeto FORMAR, poderia se realizar pela ENAP, escola de governo vinculada a este ministério, na constituição de parcerias com as redes de ensino, secretarias municipais, estaduais e Distrito Federal em todos os níveis de execução. Em face de uma possível reestruturação, sua



competência poderia se ampliar na definição de contratação de professores, na formação da equipe pedagógica, na qualificação da metodologia de ensino do EJA na composição do corpo docente do projeto, na operacionalização das despesas, no acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do Projeto em conjunto com a Secretaria de Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação e, ao mesmo tempo, em sua própria sede, em Brasília manter e/ou reestruturar um dos pólos do Projeto Formar, que vem operando até o presente. E, por fim, divulgar os resultados parciais e finais da execução do Projeto.

ANEXOS

ANEXO A

Tramitação atual para operacionalização do pagamento aos professores do Projeto FORMAR

(Duração da Tramitação: aproximadamente 8 dias)

- 1) A Administradora Financeira do Projeto (Sra. Olímpia 2104 8840/8943 7352) elabora documentação da folha de pagamento e encaminha para a Agência de Desenvolvimento Institucional - ADI da UnB e também encaminha, por e-mail, uma cópia para o gestor do Projeto na SRH.
- 2) O gestor do projeto na SRH compara a folha do mês em curso com a folha do mês anterior para analisar a coerência.
- 3) A ADI da UnB faz a conferência da carga horária contratual de cada professor e da carga horária efetivamente ministrada durante o mês, inclui os impostos pertinentes e acrescenta + 7% de taxa de administração da folha.
- 4) A ADI da UnB encaminha a documentação para a SRH, que ao chegar no Protocolo da SRH é processada e, depois encaminhada à Secretária Adjunta.
- 5) A Secretária Adjunta encaminha o processo ao gestor do projeto que verifica os documentos inseridos pela ADI no processo.
- 6) O gestor do projeto atesta o trabalho executado por meio de Memorando no qual deve constar o "De acordo" do Secretário de Recursos Humanos e o encaminha à SPOA, no bloco "K", para efetuar o destaque.
- 7) No dia seguinte ao da remessa do processo à SPOA, o gestor do projeto contacta, na SPOA, o servidor Ernesto, para solicitar o nº da Nota de Crédito. Ernesto encaminha um e-mail com as informações.
- 8) As informações são repassadas à ADI da UnB para localização do crédito. Após a localização do crédito, a UnB o encaminha ao Banco do Brasil para efetuar o lançamento dos valores das contas dos professores, procedimento que demora, em média, 48 horas.
- 9) O processo do pagamento é reencaminhado à SRH, pela SPOA. O gestor do projeto tira uma cópia do processo original e arquiva a cópia consigo para efetuar as comparações mensais e, posteriormente, fazer o relatório anual. O Processo original é encaminhado para o protocolo da SRH arquivá-lo.

ANEXO B

Questionário encaminhado aos pólos para coleta de dados

1. Quantidade de pólos;
2. Instalações prediais, (nº e condições);
3. Carga horária, existente e suficiência;
4. Quantidade de Professores
5. Quantidade de Alunos matriculados;
6. Evasão/abandono escolar/causas;
7. Órgãos envolvidos;
8. Quantidade de alunos servidores públicos;
9. Quantidade de alunos terceirizados ;
10. Quantidade de alunos outros por segmento;
11. Previsão de alunos para 2008 por segmento;
12. Investimento na formação dos educadores.
13. Consideração da diversidade de sujeitos, contextos e necessidades educativas, e abordagem multicultural na organização e funcionamento do Programa. (análise do conteúdo pedagógico).(coordenação Pedagógica/por área de conhecimento)

Anexo C

Quantitativo de servidores públicos federais civis do poder executivo, por nível de escolaridade do servidor na UF

UF	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO	ANALFABETO	ALFABETIZADO SEM CURSOS REGULARES	PRIMEIRO GRAU INCOMPLETO	PRIMEIRO GRAU	SEGUNDO GRAU OU TÉCNICO
DF	MJ	DPF	-	3	17	69	1.034
DF	MJ	DPRF	-	-	5	14	262
DF	MJ	DPU	-	-	-	1	21
DF	MJ	FUNAI	-	27	9	35	125
DF	MJ	MJ	-	2	8	50	374
DF	MMA	ANA	-	-	-	-	5
DF	MMA	IBAMA	1	5	52	115	253
DF	MMA	MMA	-	4	3	15	124
DF	MME	ANEEL	-	-	-	1	133
DF	MME	ANP	-	-	1	1	37
DF	MME	DNPM	-	-	11	17	66
DF	MME	MME	-	-	16	50	191
DF	MP	ENAP	-	1	27	13	45
DF	MP	IBGE	-	4	31	8	117
DF	MP	IPEIA	-	-	5	13	93
DF	MP	MP	22	36	90	148	986
DF	MPS	INSS	-	3	72	95	680

DF	MPS	MPS	1	12	39	73	254
DF	MRE	FAG	-	-	-	1	16
DF	MRE	MRE	-	16	53	208	616
DF	MS	ANS	-	-	-	-	3
DF	MS	ANVS	-	3	8	16	86
DF	MS	FIOCRUZ	-	1	1	1	-
DF	MS	FUNASA	-	20	70	147	402
DF	MS	MS	-	10	125	44	1011
DF	MT	AMTAQ	-	-	-	5	48
DF	MT	AMTT	-	1	4	5	91
DF	MT	DNIT	-	1	16	17	252
DF	MT	MT	-	4	28	53	343
DF	MTB	F.CENTRO	-	1	-	1	3
DF	MTB	MTB	-	9	23	40	275
DF	MTUR	EMBRATUR	-	1	4	3	37
DF	MTUR	MTUR	-	-	1	1	80
DF	PR	ABIN	-	1	6	9	7
DF	PR	AGU	-	9	41	89	431
DF	PR	PR	-	84	88	421	1500
DF	PR	VPR	-	2	7	19	46
DF	MAPA	MAPA	-	28	262	180	796
DF	MC	ANATEL	-	3	-	8	121
DF	MC	MC	-	1	15	24	165
DF	MCID	MCID	-	-	-	10	119
DF	MCT	AEB	-	-	-	-	26

DF	MCT	CNEN	-	-	-	-	1
DF	MCT	CNPQ	-	1	13	17	141
DF	MCT	MCT	-	1	3	18	113
DF	MD	ANAC	-	-	-	1	37
DF	MD	C.AER	-	8	30	93	281
DF	MD	.EX	-	65	109	127	431
DF	MD	CM	-	8	16	32	104
DF	MD	MD	-	16	91	139	1147
DF	MDA	INCRA	-	3	5	83	234
DF	MDA	MDA	-	-	2	4	106
DF	MDIC	IMETRO	-	2	-	3	15
DF	MDIC	INPI	-	-	-	-	2
DF	MDIC	MDIC	-	5	9	19	143
DF	MDIC	SUFRAMA	-	-	-	1	3
DF	MDSCF	MDSCF	-	7	8	24	132
DF	ME	ME	-	2	7	19	84
DF	MEC	CAPES	-	1	3	1	11
DF	MEC	FNDE	-	2	11	13	169
DF	MEC	FUAM	-	-	-	-	-
DF	MEC	INEP	-	-	1	4	41
DF	MEC	MEC	-	14	43	75	454
DF	MEC	UNB	-	5	179	244	983
DF	MF	CVM	-	-	1	-	3
DF	MF	MF	-	86	74	164	1223
DF	MF	SUSEP	-	-	-	-	2

DF	MIN	DNOCS	-	-	-	-	2
DF	MIN	MIN	-	-	3	17	103
DF	MINC	ANSINE	-	-	-	-	3
DF	MINC	FBN	-	-	9	8	25
DF	MINC	FCP	-	-	-	1	10
DF	MINC	FUNART	-	-	1	2	6
DF	MINC	IPHAN	-	2	4	7	33
DF	MINC	MINC	-	1	18	24	151
DF	MJ	CADE	-	-	-	-	13
DF	TOTAL	ÓRGÃOS	24	521	1778	3160	17.480

Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - **Posição: Agosto/2007**

Anexo D

Matrizes curriculares

1º SEGMENTO DE EJA – ENSINO FUNDAMENTAL

(1600 HORAS – 4 SEMESTRES)

1º Semestre:

Atividade	Carga Horária Semestral	Carga Horária Semanal
Ênfase nas competências e habilidades	400 horas	20 horas

2º ao 4º Semestre:

Atividade	Carga Horária Semestral	Carga Horária Semanal
Ênfase nas competências e habilidades relativas a Língua Portuguesa, Matemática, Arte, Estudos da Sociedade e Estudos da Natureza	400 horas	20 horas

2º SEGMENTO DE EJA - ENSINO FUNDAMENTAL

(1600 HORAS – 4 SEMESTRES)

Componente Curricular	Carga Horária do Segmento	Carga Horária Semestral	Carga Horária Semanal	Horas aulas semanais	Professores Necessários ⁶
Português	400 horas	5º Sem. – 100 h	20 horas	25 h/a	
		6º Sem. – 100 h	20 horas	25 h/a	
		7º Sem. – 100 h	20 horas	25 h/a	
		8º Sem. – 100 h	20 horas	25 h/a	
Matemática	400 horas	5º Sem. – 50 h	20 horas	25 h/a	
		6º Sem. – 50 h	20 horas	25 h/a	
		7º Sem. – 50 h	20 horas	25 h/a	
		8º Sem. – 50 h	20 horas	25 h/a	
História	200 horas	5º Sem. – 50 h	10 horas	12 h/a	
		6º Sem. – 50 h	10 horas	13 h/a	
		7º Sem. – 50 h	10 horas	12 h/a	
		8º Sem. – 50 h	10 horas	13 h/a	
Geografia	200 horas	5º Sem. – 50 h	10 horas	13 h/a	
		6º Sem. – 50 h	10 horas	12 h/a	
		7º Sem. – 50 h	10 horas	13 h/a	
		8º Sem. – 50 h	10 horas	12 h/a	
C. Naturais	200 horas	5º Sem. – 50 h	10 horas	12 h/a	
		6º Sem. – 50 h	10 horas	13 h/a	
		7º Sem. – 50 h	10 horas	12 h/a	

⁶ O número de professores a serem contratados dependerá do quantitativo de turmas e do número de pólos instalados.

		8º Sem. -- 50 h	10 horas	13 h/a	
Arte	100 horas	5º Sem. -- 25 h	05 horas	6 h/a	
		5º Sem. -- 25 h	05 horas	7 h/a	
		5º Sem. -- 25 h	05 horas	6 h/a	
		5º Sem. -- 25 h	05 horas	7 h/a	
Língua Estrangeira	100 horas	5º Sem. -- 25 h	05 horas	7 h/a	
		5º Sem. -- 25 h	05 horas	6 h/a	
		5º Sem. -- 25 h	05 horas	7 h/a	
		5º Sem. -- 25 h	05 horas	6 h/a	

2º SEGMENTO DE EJA – ENSINO FUNDAMENTAL

(1000 HORAS – 4 SEMESTRES)

Componente Curricular	Carga Horária do Segmento	Carga Horária Semestral	Carga Horária Semanal
Língua Portuguesa	400 horas	100 horas	20 horas
		100 horas	20 horas
		100 horas	20 horas
		100 horas	20 horas
Matemática	400 horas	100 horas	20 horas
		100 horas	20 horas
		100 horas	20 horas
		100 horas	20 horas
História	200 horas	50 horas	10 horas

		50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
Geografia	200 horas	50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
Ciências Naturais	200 horas	50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
Arte	100 horas	25 horas	5 horas
		25 horas	5 horas
		25 horas	5 horas
		25 horas	5 horas
Língua Estrangeira	100 horas	25 horas	5 horas
		25 horas	5 horas
		25 horas	5 horas
		25 horas	5 horas

3º SEGMENTO DE EJA – ENSINO MÉDIO

(1200 HORAS – 3 SEMESTRES)

Componente Curricular	Carga Horária do Segmento	Carga Horária Semestral	Carga Horária Semanal
Língua Portuguesa	150 horas	50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
Matemática	150 horas	50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
História	90 horas	30 horas	6 horas
		30 horas	6 horas
		30 horas	6 horas
Geografia	90 horas	30 horas	6 horas
		30 horas	6 horas
		30 horas	6 horas
Física	150 horas	50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
Química	150 horas	50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
Biologia	150 horas	50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas
		50 horas	10 horas

Língua Estrangeira	75 horas	25 horas	5 horas
		25 horas	5 horas
		25 horas	5 horas
Arte	75 horas	25 horas	5 horas
		25 horas	5 horas
		25 horas	5 horas
Filosofia	60 horas	20 horas	4 horas
		20 horas	4 horas
		20 horas	4 horas
Sociologia	60 horas	20 horas	4 horas
		20 horas	4 horas
		20 horas	4 horas

Anexo E

Órgãos que participaram do Projeto FORMAR no Distrito Federal no Período de 1999 a 2005.

Nº	Órgão/Entidade	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1	ABIN	X		X	X	X	X	X
2	Banco Central	X	X	X	X	X	X	
3	Casa Civil	X	X	X	X	X	X	X
4	Casa Militar	X	X	X	X	X	X	X
5	CNDCT	X	X	X	X	X	X	
6	CNPq	X	X	X	X	X	X	
7	DPF	X	X	X	X	X	X	
8	DPRF	X	X	X	X	X	X	
9	DNER/DNIT	X	X	X	X	X	X	X
10	ENAP	X	X	X	X	X	X	X
11	FUNAI	X	X	X	X	X	X	
12	UNB/DF	X	X	X	X	X	X	X
13	FUNASA/DF	X	X	X	X	X	X	
14	FNDE/MEC	X	X	X	X	X	X	X
15	IN	X	X	X	X	X	X	X
16	INCRA	X	X	X	X	X	X	
17	MAA	X	X	X	X	X	X	X
18	MAA	X	X	X	X	X	X	X
19	MD	X	X	X	X	X	X	X
20	MF	X	X	X	X	X	X	X
21	MJ	X	X	X	X	X	X	X
22	MEC	X	X	X	X	X	X	X
23	MPAS	X	X	X	X	X	X	
24	MRE	X	X	X	X	X	X	X
25	MS	X	X	X	X	X	X	
26	MC	X	X	X	X	X	X	X
27	MDIC	X	X	X	X	X	X	X
28	MPOG	X	X	X	X	X	X	X
29	M.T.E	X	X		X	X	X	X
30	ESAF			X	X		X	X
31	MT				X	X	X	X
32	MME			X	X	X	X	X

Referência Bibliográfica

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

_____. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172/2001.

_____. Decreto nº 5154/2004.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer nº 11 aprovado em 10 de maio de 2000.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002.

_____. Coleção Educação para Todos. Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004). (2004). Declaração de Hamburgo sobre educação de Adultos – V Conferência. Brasília: UNESCO/MEC.

_____. Ministério da Educação/SETEC. Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, Documento Base, 2006.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais/Ensino Médio - PCN, 2002.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Plano Nacional de Qualificação: 2003-2007.

_____. Secretaria Geral da Presidência da República. Programa Nacional de Inclusão de jovens: educação, qualificação e ação comunitária, 2005.

Secretaria de Estado de Educação do DF. Projeto Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos, 2005.

_____. Proposta de Educação de Adultos, 2006.

_____. Fundamentos Legais.

COSTA, Frederico Lustosa e CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, n.º 37, 2003.

Disponível em:
http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4f/avaliacao_programas_publicos_desafios_conceituais_metodologicos.pdf. Acesso em: 28.01.08

